



**PODER LEGISLATIVO
CASTANHAL / PARÁ**

Ementa:

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ART.1º. FICA DENOMINADA “ALAMEDA MARIA SOARES CORRÊA”, A ALAMEDA QUE SERÁ CRIADA NO LOTEAMENTO NO DISTRITO DO APEÚ, ENTRE A RUA JOSÉ ANTÔNIO SILVA FILHO E A ESTRADA DO PACUQUARA (PARALELA À RUA CHICO BAIA E A ALAMEDA SANTA BÁRBARA), MUNICÍPIO DE CASTANHAL.

Interessados:

VEREADORES DIEGO DE OLIVEIRA SALIBA RIBEIRO (DIEGO SALIBA) E EVERTON JOYLSN ABREU DE OLIVEIRA (EVERTON MATOS)

Proposição:

PROJETO DE LEI N.º 017/2023, de 15 de março de 2023.

Movimento do Processo

Andamento	Data		
AO PROTOCOLO (Nº 142/2023)	15	03	2023
A DIRETORIA LEGISLATIVA	15	03	2023
AO PLENÁRIO (17ª SESSÃO ORDINARIA)	16	03	2023
A DIRETORIA LEGISLATIVA	16	03	2023
AO ASSESSOR JURÍDICO	16	03	2023
A DIRETORIA LEGISLATIVA	17	04	2023
A COMISSÃO DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL	17	04	2023
A DIRETORIA LEGISLATIVA	19	04	2023
AO PLENÁRIO (26ª SESSÃO ORDINÁRIA – Em primeira discussão e votação aprovado por unanimidade)	20	04	2023



CÂMARA MUNICIPAL DE **CASTANHAL**

Projeto de Lei n. 017/2023

Autor: Poder Legislativo- Vereador Diego Saliba.

ASSUNTO: “Dispõe sobre a denominação de rua pública e dá outras providências.”

I - PRELIMINAR DE OPINIÃO.

Antes de adentrarmos ao mérito do presente parecer é de ser verificado que a condução da análise técnico jurídica é vinculada à atividade prevista legalmente da função da advocacia, em especial conforme disposto na Lei Federal nº 8.906/94, que estabelece o Estatuto da Advocacia e da OAB. Nesta forma, para confecção do presente instrumento, é de ser observada a isenção do profissional e o seu caráter opinativo (Art. 2º, § 3º da Lei referida), corroborado este entendimento pela liberdade administrativa do responsável, Gestor, Vereadores e pelas comissões, já que estes poderão ou não seguir a opinião técnica segundo sua conveniência e finalidade. Por essa razão, o presente parecer jurídico, serve apenas como norte para o voto dos edis castanhalenses, não havendo substituição e obrigatoriedade em sua aceitação e, portanto, não atentando contra a sabedoria popular representada pela manifestação dos Vereadores.

II - RELATÓRIO

Trata a presente consulta de análise sobre o **Projeto de Lei nº 017/2023** de propositura do **Poder Legislativo Municipal, através do Ex. Vereador Diego Saliba** que “Dispõe sobre a denominação de rua pública e dá outras providências”.

O projeto visa denominar de “Alameda Maria Soares Corrêa” a Alameda que será criada no loteamento do Distrito do Apeú, entre a Rua José Antonio da Silva Filho e

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTANHAL
RECEBIDO
17/04/2023
Diego Saliba

Diego Saliba



CÂMARA MUNICIPAL DE **CASTANHAL**

Estrada do Papuquera, em homenagem a Sra. Maria Soares, a qual veio a falecer no dia 24 de janeiro de 2023 em virtude de uma parada cardíaca.

A justificativa seria homenagear a falecida, visto que a mesma prestou serviços domésticos por mais de 40 anos no Município, sendo colabora no Terminal Rodoviário de Castanhal por longos anos.

Instado a se manifestar acerca da consulta, esta assessoria passa a exarar o Parecer Jurídico, conforme abaixo deduzido.

III- ANÁLISE e FUNDAMENTAÇÃO

III.1- DO ASPECTO FORMAL/INICIATIVA

A iniciativa de “lei” é matéria de cunho Constitucional, ou seja, a Carta da República determina a entidade/autoridade competente para iniciar o devido processo legislativo que, potencialmente, culminará em nova norma, e, sob esta premissa, **no que pertine ao aspecto formal** do projeto de lei em evidência, relevante consignar-se que em cumprimento aos ditames da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e da *Constituição do Estado do Pará*, a Lei Orgânica de Castanhal-PA, diploma legal que organiza e determina a maneira pela qual - *política e administrativamente* - o Município de Castanhal-PA é organizado e será conduzido, tendo em conta que os estados e municípios devem organizar-se e reger-se com observância dos princípios consagrados na Constituição Republicana, sobre o assunto, o Regimento Interno em seu artigo 4, § unico e Lei Organica dispõe em seu artigo 80, inciso XIII averba que:

Art. 4º- Compete à Câmara Municipal de Castanhal com a sanção do Prefeito, legislar sobre as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

Parágrafo Único – Conforme Art. 80 da Lei Orgânica do Município.



CÂMARA MUNICIPAL DE **CASTANHAL**

Artigo 80. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, exceto quando se tratar da Lei Orgânica, **dispor sobre todas as matérias da competência do Município**, especialmente:

XIII – Autorizar a alteração e denominação de próprios, vias e logradouros públicos.

A matéria veiculada neste Projeto de Lei se adequa perfeitamente aos princípios de Competência Legislativa assegurados ao Município e insculpidos no artigo 30, inciso I da Constituição Federal e não conflita com a Competência Privativa da União Federal, nos termos do artigo 22 da Constituição Federal, e também não conflita com a Competência Concorrente entre a União Federal, Estados e Distrito Federal, conforme o artigo 24 da Constituição Federal.

Portanto, compete a Câmara Municipal a iniciativa das “leis” que tratam do assunto em liça, logo, a proposição atende plenamente o intitulado “aspecto ou requisito formal”.

III.2- DO ASPECTO MATERIAL/COMPETENCIA

Em relação ao aspecto ou requisito material, conforme alhures ressaltado, vislumbrar-se-á a necessária compatibilidade dos preceitos da proposição com as normas e princípios das Constituições Federal e Estadual, bem como da Lei Maior do Município (Lei Orgânica), e, bem assim, pertinentes às seguintes ponderações:

A Constituição da República garantiu autonomia político-administrativa ao Município de Castanhal-PA, consistente na tríple capacidade de “auto-organização e normatização própria”, “autogoverno” e “autoadministração”, e, sob esta égide, conforme leciona MORAES “... o município auto organiza-se através de sua Lei Orgânica, posteriormente, por meio da edição de leis municipais; autogoverna-se mediante a eleição direta de seu Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, sem qualquer ingerência dos Governos Federal e Estadual; e, finalmente, auto administra-se, no



**PODER LEGISLATIVO
CASTANHAL / PARÁ**

COMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA, LEGISLAÇÃO E REDAÇÃO FINAL

Projeto de Lei n.º 017/2023, de 15 de março de 2023.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE RUA PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. ART.1º. FICA DENOMINADA "ALAMEDA MARIA SOARES CORRÊA", A ALAMEDA QUE SERÁ CRIADA NO LOTEAMENTO NO DISTRITO DO APEÚ, ENTRE A RUA JOSÉ ANTÔNIO SILVA FILHO E A ESTRADA DO PACUQUARA (PARALELA À RUA CHICO BAIA E A ALAMEDA SANTA BÁRBARA), MUNICÍPIO DE CASTANHAL.

Autor: Vereador Diego de Oliveira Saliba Ribeiro (Diego Oliveira)


O referido Projeto de Lei foi recebido a fim de ser apreciado quanto a seus aspectos Constitucional, Legal e Jurídico, conforme previsto no Regimento Interno desta Casa de Leis.

A matéria em apreço está elaborada de acordo com as técnicas redacionais. Esta Comissão Permanente, após análise minuciosa dos artigos que compõem o bojo do Projeto, e empenhada em nortear a aludida Proposta, embasada em orientações da Assessoria Jurídica desta Casa de Leis, favoravelmente a sua tramitação, conclui pela regular tramitação.

Mediante isso, naquilo que nos cabe examinar, o referido Projeto de Lei encontra-se em condições de ser tramitado, cabendo aos vereadores no uso da função legislativa, verificar a viabilidade ou não da aprovação desta proposição.

É o parecer.

Sala das Comissões da Câmara Municipal de Castanhal, aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três.


Francinaldo Araújo Montel
Presidente


Everton Joylson Abreu de Oliveira
Membro